

HABEAS CORPUS Nº 493.206 - SP (2019/0041469-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DANIEL MARESTI BANA
ADVOGADO : DANIEL MARESTI BANA - SP246563
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RUBENS FORTINO NETO (PRESO)

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RUBENS FORTINO NETO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n.º 2185250-48.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente, preso em flagrante delito em 28/08/2018, foi denunciado como incurso no art. 157, § 2.º, incisos II e V, e § 2.º-A, inciso I, do Código Penal, por ter, em tese, em concurso de agentes, mediante grave ameaça consistente no emprego de arma de fogo e com restrição da liberdade da vítima, subtraído um caminhão com a respectiva carga (30.000 mil litros de óleo de soja) (fls. 91-94).

A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 53-57).

Segunda narra a Defesa, teria sido impetrado *habeas corpus* junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ordem foi denegada.

Neste *writ*, o Impetrante sustenta, em síntese, que a fundamentação do decreto prisional é inidônea, haja vista não ter demonstrado nenhum dos requisitos da prisão preventiva e ser decorrente de um flagrante nulo, e excesso de prazo para a formação da culpa.

Alega que o Acusado é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva para que o Paciente responda em liberdade a ação penal.

É o breve relatório.

Na hipótese, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos, visto que a Parte Impetrante **não juntou cópia do acórdão impugnado**, de modo a permitir a verificação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal *a quo* para manter a segregação cautelar do Paciente e afastar a tese de excesso de prazo para a formação da culpa.

Assim, confiro à Parte Impetrante o prazo de 5 dias para trazer aos autos os documentos faltantes, sob pena de extinção sem análise do mérito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

